

13 ABR 1989

JORNAL DO BRASIL

Educação

JORNAL DO BRASIL

Op

A escola e o Poder Público

Fátima Cunha

Este é um momento decisivo para o destino da escola pública oficial. Aquela que até bem pouco tempo se constituía na mais sólida, eficiente e confiável instituição que cuidava do preparo das novas gerações, ao veicular informações sistematizadas e acumuladas, ao observar bons hábitos de convivência social e disciplina, além de infundir nas crianças e jovens o respeito à lei e às instituições. Como instituição pública, mantida pelo contribuinte e gerida pelas autoridades constituintes, era respeitada pelas famílias, que sentiam orgulho em lá colocar seus filhos.

Aos poucos nós, professores, dirigentes, autoridades governamentais e famílias, fomos assistindo, impassíveis, complacentes, convenientes até, a uma profunda mudança que se operou em sua organização e funcionamento. Vendo escassear os recursos públicos, que a mantinham, enfrentando o galope selvagem do crescimento econômico, tão acelerado e desordenado quanto o ritmo e o rumo de sua expansão, competindo com os eficazes meios de comunicação, a escola pública oficial foi invadida pelos profissionais da desordem, pelos militantes políticos avessos ao acordo, ao consenso.

Esquecida pelas autoridades que sequer conseguiam manter os prédios escolares já existentes e se lançavam em aventuras pedagógicas, desperdiçando recursos e comprometendo os orçamentos futuros em obras suntuosas e eleitoreiras, a administração pública descuidou-se da criteriosa seleção de novos professores, da preparação de seus mestres, da cuidadosa escolha de projetos pedagógicos e da atualização salarial de seus professores.

E tal ponto o sindicalismo e o corporativismo político-partidário dominaram a massa desmotivada de professores, que, hoje, as famílias mandam seus filhos à escola e não têm a mínima certeza de que lá encontrarão professores para ministrar aulas ou realizar trabalhos escolares.

Em resumo, a miopia dos governantes, as dificuldades econômicas gerais, o despreparo e a desmotivação dos mestres, a falta de autoridade dos diretores, o desasco das famílias e a falta de ética dos militantes políticos, que usam os professores, provocaram a crise na escola pública. As atividades escolares são interrompidas sem o menor respeito aos alunos e ao seu futuro.

O grande desafio, portanto, que se coloca hoje diante da sociedade, é o da recuperação do nível de ensino, da seriedade no trato com a coisa pública, com o serviço público. Como recuperar esse tempo e esse espaço e resgatar-lhe o respeito?

Certamente urge que as autoridades públicas tenham compreensão ampla da questão, competência para buscar soluções, coragem para admitir erros ou omissões, humildade para pedir ajuda, autori-

dade para tomar decisões e força moral para serem respeitadas nessa decisões.

Cabe ao Poder Público implantar mudanças administrativas, moralizando a questão da lotação das escolas, dos órgãos da administração, modernizando suas estruturas, tomando decisões audaciosas para evitar que haja salas de aula sem professores, enquanto órgãos técnicos intermediários estejam, quase sempre, inchados de docentes fora da sala de aula.

Cabe ainda promover alterações pedagógicas de acordo com o real concreto da região, sem nunca descuidar de que os conteúdos e ações sejam vivos, despidos de qualquer preconceito que, além de suprirem as lacunas deixadas por esses anos de crise e descaso na formação de nossas crianças e adolescentes, sejam capazes de contribuir para diminuir as desigualdades e possibilitar o exercício pleno da cidadania.

É indispensável evitar o proselitismo político e ideológico na escola pública, deixando aos partidos políticos, aos órgãos de classe, às corporações, aos sindicatos e aos grupos religiosos as tarefas de convencimento político e ideológico, exercido aí, sim, com a liberdade própria das sociedades verdadeiramente democráticas.

Cabe ainda ao Poder Público um esforço para competentemente compatibilizar políticas que possibilitem sanear a vida da sociedade, de modo que a escola pública possa deixar de ser hospital, restaurante, clínica terapêutica ou albergue, esforçando-se sobretudo por restaurar o nível de salários tão aviltados e desfasados que nos atinge a todos.

A nós, professores, cabe restabelecer o clima de respeito, de ordem e entusiasmo, renovando a dedicação e multiplicando os esforços para restaurar o ambiente intelectual da escola pública e recuperar um espaço tão relevante na vida de nossa sociedade.

Estamos em plena discussão sobre a nova lei de diretrizes e bases da educação nacional. É fundamental que busquemos a ampla colaboração das entidades que congregam professores, especialistas, estudantes, pais e funcionários, evitando o clima de disputa, de conflito. Temos uma missão histórica, pois a esperança das classes trabalhadoras, abaladas pelas dificuldades econômicas prolongadas, ainda é o ingresso no sistema público com ensino de boa qualidade, que esteja em condições de assegurar uma perspectiva melhor para seus filhos.

A escola pública precisa entrar em conexão com esse processo, livrando-se do domínio sindicalista eleitoreiro, superando a crise de pessimismo, restabelecendo o clima de respeito, o ritmo de trabalho, a margem pública de seriedade.

Fátima Cunha (Ferreira Pinto) é doutora em Filosofia, professora da UFF e atual secretária de Educação e Cultura do Estado do Rio de Janeiro